

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS 2000**

Carla Busato Zandavalli M. Araujo – UFMS

## **Resumo**

O estudo buscou identificar as políticas de permanência dos estudantes em cursos de graduação no Brasil promovidas pelo Ministério da Educação, nos anos 2000, bem como analisar o seu processo de implantação. Foram analisados dados agregados e documentos disponibilizados pelo Inep, a legislação disponível no sistema Mec-legis, documentos relativos ao planejamento do Estado Brasileiro e as informações sobre o financiamento de programas e ações do MEC. Na parte bibliográfica, foram analisados os periódicos da área da educação disponíveis no portal Periódicos e no banco de teses e dissertações, ambos da Capes, no período de 1996 a 2012. Os três programas que intentam especificamente a ampliação da permanência de estudantes de graduação (PROUNI, REUNI e PNAES), apresentam ações iniciais do Estado relativas à assistência estudantil com priorização das minorias qualitativas, pagamento de bolsas-permanência e financiamento mais significativo para o REUNI. Constatou-se a centralização das ações ainda voltadas ao acesso à educação superior, o caráter inicial do desenvolvimento das políticas de permanência e a geração gradativa de dados sobre a permanência para o Censo da Educação Superior.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Cursos de Graduação. Políticas de Permanência.